



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570890 - SP (2020/0080604-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP414349
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO CORVINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **RODRIGO CORVINO**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo da Execução deferiu o pedido de progressão de regime mas indeferiu o livramento condicional ao paciente.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução no Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso e está assim ementado:

“AGRAVO EM EXECUÇÃO Livramento condicional Insurgência contra decisão que indeferiu o benefício do livramento condicional Alegação do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos Pretensão à reforma Impossibilidade Ausência do requisito subjetivo Exame criminológico com ressalvas - Inteligência do quanto disposto no artigo 112, § 2º da LEP Decisão mantida Recurso não provido” (e-STJ, fl. 67).

Neste *writ*, o impetrante aponta “absoluta violação ao princípio da legalidade, eis que não há previsão no art. 83, do Código Penal, da exigência de progressão ao regime intermediário como pressuposto para a concessão da liberdade” (e-STJ, fl. 5).

Requer, por fim, a concessão da ordem para que seja revogado o acórdão impugnado e concedido ao paciente o livramento condicional.

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando verificada a existência de flagrante ilegalidade, no ato judicial impugnado, a justificar a concessão da ordem, de ofício.

O Tribunal *a quo* sobre o tema, assim se manifestou:

"Infere-se dos autos que o Agravante cumpria, em regime fechado, um total de pena de 6 anos de reclusão em razão da prática de roubo majorado, com término de cumprimento de pena previsto para 26/04/2022, acrescentando-se, ainda, o fato de haver praticado falta disciplinar de natureza grave (evasão), conforme cálculo de penas de fls. 24/25.

Requerido pelo sentenciado o benefício da progressão ao regime semiaberto e do livramento condicional, restou o pleito de progressão deferido e o livramento condicional indeferido pelo juízo monocrático ao fundamento de que estaria ausente o requisito subjetivo para a concessão da segunda benesse (fls. 43/44).

Contra a referida decisão insurge-se o Agravante.

Sem razão, contudo.

Com efeito, sabe-se que o livramento condicional é a antecipação da liberdade do condenado, com a finalidade de facilitar a reintegração social e diminuir o risco da degeneração da personalidade pelo cárcere.

O referido benefício somente deve ser autorizado àquele que, inequivocamente, demonstre real merecimento para retornar ao convívio social, sendo, assim, imprescindível a apreciação com a segurança do mérito do condenado para o gozo do benefício, conforme estabelece o artigo 83, inciso III, do Código Penal e o artigo 131 da Lei de Execução Penal.

No caso em apreço, verifica-se que o Agravante fora condenado a pena de 06 anos de reclusão em razão da prática de crime grave (roubo majorado), com término de penas a cumprir em 26/04/2022, acrescentando-se, ainda, o fato de haver praticado falta disciplinar de natureza grave, consistente em evasão, revelando a dificuldade do agravante em assimilar a terapêutica penal, destacando o d. Magistrado que o agravante deve "(...) passar primeiramente pelo regime intermediário, como prova de que irá absorver a terapia penal, para, posteriormente, fazer jus a imediato livramento" (fl. 27/28).

Nesse contexto, ainda que tenha o recorrente preenchido o requisito objetivo diante da incidência do entendimento sumular n. 441 do STJ, não satisfaz o requisito subjetivo, considerando-se, ainda, a falta grave praticada.

Afigura-se, nesse diapasão, necessária a manutenção da decisão atacada, eis que o retorno do sentenciado à sociedade deve ser feito de maneira gradual, estando com razão o juízo ao determinar que o sentenciado vivencie primeiramente o regime intermediário, demonstrando a assimilação da terapêutica penal, para depois fazer jus a um benefício tão amplo quanto o livramento condicional.

É que conceder diretamente o livramento condicional, sem antes ter sido o reeducando colocado em cumprimento de pena no regime semiaberto e aberto implicaria em violação reflexa ao entendimento assentado no enunciado da Súmula nº 491 do Colendo Superior Tribunal de Justiça que dispõe ser "inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional", pervertendo toda a lógica da execução penal, mormente se se considerar que a expressa redação do § 2º do artigo 112 estende ao livramento condicional o denominado sistema progressivo de execução das penas.

Respeitado o entendimento em sentido diverso, nos parece que o livramento condicional se revela como "elemento integrante do sistema progressivo irlandês, sendo considerado por ROBERTO LYRA a última etapa do sistema penitenciário progressivo", razão pela qual se mostra descabida a concessão de tal benefício ao condenado que cumpra pena em regime fechado" (e-STJ, fls. 67-69).

Nos termos do art. 83 do Código Penal, para a concessão do benefício do livramento condicional, deve o apenado preencher os requisitos de natureza objetiva (fração de cumprimento da pena) e subjetiva (comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover ao próprio sustento de maneira lícita).

Não se desconhece que este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que não há obrigatoriedade de o sentenciado passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de previsão no art. 83 do Código Penal.

A propósito, seguem os seguintes precedentes:

"EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NECESSIDADE DE PASSAGEM POR REGIME INTERMEDIÁRIO. REQUISITO NÃO PREVISTO EM LEI.

[...]

III - Segundo a jurisprudência deste eg. Superior Tribunal de Justiça, não há obrigatoriedade de o sentenciado passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de tal previsão no art. 83 do Código Penal.

Habeas Corpus não conhecido.

Ordem concedida, parcialmente, de ofício, para determinar que o d. Juízo das Execuções reaprecie o pedido de livramento condicional à luz dos requisitos exigidos no art. 83 do Código Penal" (HC 304.887/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 17/11/2014).

"EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) COMUTAÇÃO DE PENAS. DECRETO N. 7.873/2012. TRIBUNAL DE ORIGEM. INDEFERIMENTO. FALTA GRAVE (NOVO DELITO) PRATICADA FORA DO PRAZO LEGAL. BENEFÍCIO CONDICIONADO À COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO DECRETO PRESIDENCIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXISTÊNCIA. (3) LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO OBJETIVO. FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO DO LAPSO TEMPORAL. IMPOSSIBILIDADE. (4) LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. CUMPRIMENTO EM REGIME INTERMEDIÁRIO. DESNECESSIDADE. (5) *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

4. O indeferimento do pedido de livramento condicional, arrimado na necessidade do paciente ser submetido a regime intermediário de cumprimento de pena antes de sua concessão, configura constrangimento ilegal, tendo em vista que esta exigência não se encontra prevista na legislação que rege aquele instituto. Precedentes.

5. *Habeas Corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de determinar que o Juízo das Execuções reexamine os pedidos de livramento condicional e de comutação de penas, com fundamento no Decreto n. 7.873/2012, afastando os óbices anteriormente apontados (execução n. 791.920)" (HC 296.206/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 4/11/2014).

"*HABEAS CORPUS*. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. CONCESSÃO SUPERVENIENTE DE REGIME ABERTO. NECESSIDADE DE PASSAGEM POR REGIME INTERMEDIÁRIO ANTES DA CONCESSÃO. REQUISITO NÃO PREVISTO EM LEI. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES.

[...]

2. As instâncias ordinárias indeferiram o livramento condicional sustentando a necessidade de submissão a regime intermediário de cumprimento da pena, situação não prevista na legislação de regência do instituto.

3. Ao estabelecer requisito não previsto em lei, o julgador assume papel de legislador, evidenciando constrangimento ilegal sanável, de ofício, em sede de *habeas corpus*.

4. Ordem concedida de ofício para determinar que, afastado o óbice apontado pelas instâncias inferiores, o Juízo das Execuções reaprecie o mérito do pedido de livramento condicional, observados os requisitos exigidos pelo art. 83, do Código Penal" (HC 260.780/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJe de 12/3/2014).

Contudo, de acordo com a reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a conduta do reeducando, no curso do cumprimento da pena, deve ser avaliada de forma global e contínua, sendo inadmissível qualquer limitação temporal para a consideração das faltas por ele cometidas na análise do preenchimento do requisito subjetivo. Nesse sentido: AgRg no AREsp 943.328/MS, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 13/9/2016, DJe 26/9/2016; AgRg no AREsp 933.539/MS, rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, j. 2/8/2016, DJe 16/8/2016.

Desse modo, verifica-se que a negativa de concessão do benefício é medida que se impõe, devendo ser mantida, diante da ausência de preenchimento do requisito subjetivo, pois, conforme destacado pelo acórdão impugnado e se verifica dos autos (e-STJ, fl. 34), o paciente possui histórico prisional conturbado com o cometimento de falta grave tendo inclusive

abandonado o sistema carcerário.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIMENTO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. HISTÓRICO CARCERÁRIO CONTURBADO. PRÁTICA DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. INEXISTÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Legítima é a denegação de livramento condicional com base em fundamentos concretos, que acarretam o não preenchimento do requisito subjetivo, como o histórico carcerário conturbado do apenado.
2. Decisão monocrática mantida.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 414.730/MS, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 6/3/2018, DJe 14/3/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTAS GRAVES. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO. DELIMITAÇÃO TEMPORAL PARA O FIM DE SUA AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO A SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não obstante o alegado preenchimento de todas as exigências para a concessão do livramento condicional, o fato é que as instâncias ordinárias consideraram não observado o requisito subjetivo, uma vez que o agravante praticou quatro faltas graves, sendo que a última praticada em 2012 ensejou, inclusive, a sustação do regime semiaberto.
2. Dessa forma, como já referido, o entendimento das instâncias locais não destoou da remansosa jurisprudência da Terceira Seção, assentada no sentido de que a prática de falta grave pode, sim, denotar ausência de requisito subjetivo positivo para a concessão do livramento condicional, não havendo, portanto, o que rever nesse ponto.
3. Quanto ao argumento de necessária delimitação do período de aferição do requisito subjetivo, sob pena de dupla punição pelo mesmo fato, também sem razão o agravante, pois não há porquê restringir o alcance da norma do art. 83, III, do Código Penal.
4. A depender da gravidade da natureza dos crimes ensejadores do encarceramento, do quantum total da pena a ser cumprida, e das faltas graves eventualmente cometidas, o julgador deverá analisar o comportamento do condenado durante todo o período de execução da pena para o fim de averiguar seu merecimento ao benefício de livramento condicional.
5. Na hipótese, o agravante - condenado à pena de 21 (vinte e um) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão - está a cumprir sua quarta execução, por crimes cometidos mediante violência contra pessoa, inclusive um latrocínio, tendo praticado três faltas graves, além do rompimento do lacre de tornozeleira eletrônica, ainda sob apuração.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1007861/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017).

"*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO DE PENA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. A Quinta Turma deste Tribunal adota o entendimento de que a decisão motivada, consubstanciada em circunstâncias concretas, ao não reconhecer o preenchimento do requisito subjetivo para obtenção da benesse executória penal, encontra-se em conformidade com os artigos 83 do Código Penal, e 112, § 2º, da Lei n. 7.210/84.
2. Na hipótese, o paciente, beneficiado com a saída temporária, quando se encontrava no cumprimento da pena em regime semiaberto, cometeu falta de natureza grave - consistente em danificar o aparelho de monitoramento

eletrônico que portava -, o que demonstra ausência de merecimento para obter o benefício do livramento condicional.

3. Habeas corpus não conhecido, por ser substitutivo do recurso cabível." (HC 242.182/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 26/10/2012).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.
Publique-se. Intimem-se.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.
Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator